

*A tradução desta página foi gerada pela tradução automática [Link]. As traduções automáticas podem conter erros que reduzem potencialmente a clareza e a exatidão; o Provedor de Justiça não aceita qualquer responsabilidade por eventuais discrepâncias. Para informações mais fiáveis e segurança jurídica, consultar: a versão de origem em inglês, acima referida. Para mais informações, consulte a nossa [política linguística e de tradução](#) [Link].*

## **Decisão no caso 292/2016/AMF - Resumo da decisão no caso 292/2016/AMF sobre o tratamento dado pela Comissão Europeia a um pedido de acesso a documentos relacionados com o lançamento do Fórum Internet da UE**

Decisão

**Caso 292/2016/AMF - Aberto em 01/06/2016 - Decisão de 05/07/2017 - Instituição em causa** Comissão Europeia ( Não se verificou má administração ) |

O caso dizia respeito ao tratamento dado pela Comissão Europeia a um pedido de acesso a documentos relacionados com o lançamento de um fórum com a comunidade de fornecedores de serviços da Internet no quadro da luta contra a radicalização e o terrorismo, o Fórum Internet da UE.

A Comissão concedeu apenas acesso parcial a duas notas internas, invocando a necessidade de proteção da segurança pública e do respetivo processo decisório em curso.

A Provedora de Justiça considerou que não houve má administração por parte da Comissão ao recusar conceder acesso total aos documentos aquando da apresentação do pedido.

O processo dizia respeito ao tratamento pela Comissão Europeia de um pedido de acesso a documentos relacionados com o lançamento de um fórum com a comunidade de fornecedores de serviços Internet no contexto da luta contra a radicalização e o terrorismo – o Fórum Internet da UE. A Comissão concedeu apenas acesso parcial a duas notas internas, argumentando a necessidade de proteger tanto a segurança pública como o seu processo decisório em curso. O Provedor de Justiça não detectou qualquer má administração por parte da Comissão ao recusar o pleno acesso aos documentos no momento em que o pedido foi apresentado.

## **Antecedentes da reclamação**



1. Em janeiro de 2014, a Comissão Europeia publicou a sua Comunicação «Prevenir a radicalização que leva ao terrorismo e ao extremismo violento» [1]. Dito isto, combater a propaganda extremista na Internet significa mais do que apenas proibir ou remover conteúdos ilegais. A Comissão Europeia anunciou a criação de um «fórum com a comunidade de fornecedores de serviços Internet» («Fórum Internet da UE» ou «Fórum») com os principais intervenientes do setor. O seu objectivo era discutir a magnitude do problema, as medidas que as partes interessadas estão a tomar e as oportunidades para uma cooperação mais estreita. De acordo com a comunicação, os participantes no Fórum debateriam uma vasta gama de questões, incluindo formas de tornar mais fácil para o público sinalizar material ofensivo ou potencialmente ilegal, formas de promover a criação de contradiscursos em linha e formas de fornecer mensagens alternativas facilmente acessíveis que estimulem o pensamento crítico. O Fórum Internet da UE realizará regularmente reuniões técnicas e de alto nível e apresentará um relatório sobre as suas actividades à Comissão Europeia. O Fórum foi oficialmente lançado em 3 de dezembro de 2015.

2. O autor da denúncia apresentou vários pedidos de acesso público a documentos relacionados com a criação do Fórum, o primeiro dos quais em abril de 2015. Em resposta, a Comissão Europeia divulgou uma série de documentos, como os projetos de ordem do dia das reuniões preparatórias e das sessões de sensibilização, as atas das reuniões preparatórias e os documentos de referência. Além disso, deu acesso parcial às listas de participantes nas reuniões.

3. Em novembro de 2015, a Comissão concedeu igualmente acesso parcial a duas notas:

i) Uma nota de 10 de junho de 2015 dirigida ao Comissário solicitando a sua aprovação e orientações adicionais.

ii) Um documento de reflexão tendo em vista a preparação do evento de alto nível para o lançamento do Fórum no final de 2015.

4. Insatisfeito com a decisão da Comissão de conceder apenas acesso parcial às duas notas, o queixoso recorreu ao Provedor de Justiça Europeu em fevereiro de 2016.

### **O inquérito**

5. A Provedora de Justiça abriu um inquérito sobre a preocupação do queixoso de que a Comissão errou ao não conceder pleno acesso à nota de 10 de junho de 2015 e ao documento de síntese.

6. No decurso do seu inquérito, a Provedora de Justiça recebeu a resposta da Comissão à queixa e, posteriormente, as observações da queixosa em resposta à resposta da Comissão. Os serviços do Provedor de Justiça procederam igualmente a uma inspeção dos documentos pertinentes. Ao concluir o seu inquérito, a Provedora de Justiça teve em conta todos os argumentos pertinentes apresentados pelas partes.



## Decisão da Comissão Europeia de não conceder pleno acesso às duas notas

### Argumentos apresentados ao Provedor de Justiça

7. Na sua decisão final sobre o pedido de acesso do autor da denúncia, a Comissão baseou-se em duas exceções ao acesso do público, previstas nas regras da UE em matéria de acesso do público [2].

8. A Comissão baseou-se na disposição que estabelece que o acesso do público aos documentos deve ser recusado sempre que a sua divulgação possa prejudicar a proteção do interesse público no que respeita à **segurança pública** [3]. Segundo a Comissão, as partes expurgadas das duas notas expressam preocupações e exploram as possibilidades de superar os desafios da propaganda terrorista em linha. Contêm referências a iniciativas específicas, temas a debater e medidas a aplicar com vista a reduzir a acessibilidade em linha de material terrorista. Revelar quais as potenciais iniciativas que estão a ser exploradas alertaria as pessoas envolvidas ou que apoiam atividades terroristas para as reflexões internas da Comissão, o que, por sua vez, poderia comprometer os esforços da Comissão para combater eficazmente a propaganda terrorista. Além disso, a divulgação de pormenores sobre o envolvimento e a cooperação da Comissão com a indústria poderia expor os representantes da indústria a ameaças de terroristas.

9. A Comissão baseou-se igualmente na disposição que estabelece que o acesso a um documento será recusado se a sua divulgação prejudicar gravemente o **processo** decisório (em curso) da instituição, a menos que um interesse público superior imponha a divulgação [4]. A Comissão alegou que, no momento em que decidiu conceder um acesso meramente parcial às duas notas, continuava a refletir tanto sobre aspetos substantivos relacionados com o Fórum, como o seu mandato e a sua incidência, como sobre aspetos organizacionais da iniciativa, como a participação de várias partes interessadas. A divulgação pública das reflexões internas da Comissão teria comprometido seriamente a margem de manobra da Comissão para explorar, sem pressões externas, todas as opções possíveis no âmbito do (então) processo decisório em curso. A divulgação pública das informações ocultadas nas notas teria informado o público de reflexões internas e considerações preliminares antes de estas terem sido partilhadas e aprovadas pelas partes interessadas do Fórum Internet da UE. Tal teria prejudicado gravemente a confiança das partes interessadas no Fórum, comprometendo assim a boa vontade dessas partes interessadas e a sua disponibilidade para participar em processos de consulta em curso ou futuros.

10. Ao fornecer a sua resposta no contexto do inquérito do Provedor de Justiça, a Comissão observou que tinham decorrido vários meses desde a criação do Fórum Internet da UE e que tomou a sua decisão sobre o pedido de acesso do queixoso há mais de um ano. Entretanto, tornou públicas informações adicionais relativas ao Fórum. No entanto, tal não significava que a



avaliação do pedido de acesso do autor da denúncia não estivesse correta no momento em que foi tomada.

**11** . A Comissão salientou igualmente que o autor da denúncia apresentou pedidos adicionais de acesso a documentos relativos ao Fórum Internet da UE, na sequência dos quais a Comissão concedeu acesso a outros documentos. O autor da denúncia pode apresentar um novo pedido de acesso, que a Comissão avaliará à luz das circunstâncias factuais aplicáveis no momento do novo pedido.

**12** . O queixoso comentou a resposta da Comissão, argumentando que as comunicações dos cidadãos são afectadas pelas medidas discutidas no Fórum Internet da UE. As iniciativas da Comissão neste domínio têm um amplo impacto nos direitos humanos e, em particular, no direito fundamental à liberdade de expressão. Por conseguinte, o autor da denúncia considera que existe um interesse público superior na divulgação integral das duas notas.

**13** . O autor da denúncia acrescenta que o bloqueio ou a filtragem das comunicações em linha foi considerado altamente problemático pelo antigo Relator Especial das Nações Unidas para a promoção e proteção do direito à liberdade de opinião e de expressão. Um dos resultados do Fórum Internet da UE foi um código de conduta não vinculativo para a indústria, que assumiu a liderança na supressão de comunicações com «discurso de ódio» não comprovado, que não é avaliado com base na lei.

**14** . O autor da denúncia alega igualmente que não pode haver uma percepção de uma ameaça real para os representantes da indústria, uma vez que a sua participação no Fórum (ilustrada por fotografias publicadas nos seus sítios Web empresariais) era do conhecimento público antes de a Comissão tomar a decisão de conceder apenas um acesso parcial às duas notas.

## Avaliação do Provedor de Justiça

**15** . A Provedora de Justiça não está inteiramente convencida pelos argumentos da Comissão de que a divulgação dos documentos teria interferido, de forma significativa, nos processos decisórios internos da Comissão. No entanto, após ter consultado os documentos em causa, está satisfeita com o argumento da Comissão segundo o qual a divulgação das partes expurgadas das notas poderia ter prejudicado a proteção do interesse público no que respeita à segurança pública. O Provedor de Justiça observa que a regra segundo a qual o acesso aos documentos pode ser recusado para proteger a segurança pública abrange situações em que o acesso do público a determinados documentos pode obstruir os esforços das autoridades públicas para prevenir atividades criminosas [5].

**16** . O Provedor de Justiça considera que é, pelo menos, razoavelmente previsível, e não puramente hipotético, que as informações constantes desses documentos, se divulgadas num momento inadequado, pudessem ter permitido às pessoas e aos grupos que procuram colocar propaganda terrorista em linha desenvolver estratégias de combate. Essa divulgação poderia ter revelado as várias opções que estavam a ser exploradas nessa altura para superar a



ameaça muito grave da propaganda terrorista em linha, bem como as iniciativas e medidas específicas a implementar para lidar com essa ameaça. Também não é puramente hipotético que a divulgação das notas possa ter exposto os representantes do setor a determinados riscos, por exemplo, o risco de receber ameaças das pessoas afetadas pelas medidas de luta contra o terrorismo em linha.

**17.** O Provedor de Justiça congratula-se com o facto de a Comissão ter demonstrado a sua vontade de divulgar mais documentos com o passar do tempo. A peticionária incentiva a Comissão a analisar a necessidade contínua de reter documentos anteriormente não divulgados, ou partes de documentos, sempre que tenha conhecimento de um pedido contínuo de acesso do público.

**18 .** No que diz respeito ao argumento do queixoso de que existe um interesse público superior na divulgação das duas notas, o Provedor de Justiça observa que não existe qualquer possibilidade, ao abrigo das regras da UE em matéria de acesso do público, de qualquer interesse público mais vasto se sobrepôr à necessidade de proteger o interesse público no que diz respeito à **segurança pública**.

## Conclusão

Com base no inquérito sobre esta queixa, o Provedor de Justiça encerra-a com a seguinte conclusão:

**Não houve má administração por parte da Comissão Europeia.**

O autor da denúncia e a Comissão Europeia serão informados desta decisão.

Estrasburgo, 05/07/2017

Emily O'Reilly Provedora de Justiça Europeia

[1] COM(2013) 941 final

<https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/e-library/documents/policies/crise-and-terrorism/radicalisati>

[2] Regulamento 1049/2001 relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão, disponível em [www.europarl.europa.eu/RegData/PDF/r1049\\_en.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/PDF/r1049_en.pdf)

[3] Artigo 4.o, n.o 1, alínea a), primeiro travessão, do Regulamento (CE) n.o 1049/2001.



[4] Artigo 4.o, n.o 3, primeiro parágrafo, do Regulamento (CE) n.o 1049/2001.

[5] Ver acórdão do Tribunal de Primeira Instância de 17 de junho de 1998, *Svenska Journalistförbundet/Conselho da União Europeia*, processo T-174/95, ECLI:EU:T:1998:127, n.o 121.